



Soluções Financeiras

CNPJ: 11.760.553-0001-69
Rod. PR, 082 Km 01 - Sala B - Douradina - PR - 87.485-000 - TEL.: 08000 644-3636

Ativo	Nota	30/06/2014	30/06/2013	Passivo	Nota	30/06/2014	30/06/2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.131	166	Juros sobre capital próprio	10	1.434	723
Operações de crédito	5	24.404	16.769	Tributos e contribuições a recolher		300	110
Outros créditos		14	6	Provisão para litígios	8	16	-
Total ativo circulante		25.549	16.941	Obrigações sociais e trabalhistas		82	70
Outros créditos				Outras contas a pagar			37
Operações de crédito	5	6.386	5.268	Total passivo circulante		1.896	940
Créditos tributários diferidos	9	630	-	Não Circulante			
Total ativo circulante		7.016	5.268	Recursos de aceites cambiais	9	11.796	4.068
Inovabilizado em uso		25	25	Total Passivo não circulante		11.796	4.068
Intangível		52	46	Total Passivo		11.908	4.988
Total ativo não circulante		7.068	5.314	Capital social		9.800	9.800
Total do ativo		32.617	22.255	Reserva de lucros		9.125	7.446
				Total patrimônio líquido		18.925	17.246
				Total do passivo e patrimônio líquido		32.617	22.255

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	a distribuir		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.800	328	6.233	1.085	16.361
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.085
Destinações:					
Juros sobre Capital próprio	-	-	-	(200)	(200)
Reserva de lucros a distribuir	-	-	-	(841)	-
Reserva legal	-	44	74	(44)	-
Saldo em 30 de junho de 2013	9.800	372	6.074	-	17.246
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9.800	404	7.688	-	17.892
Lucro do semestre	-	-	-	1.256	1.256
Destinações:					
Juros sobre Capital próprio	-	-	-	(223)	(223)
Reserva de lucros a distribuir	-	-	981	(981)	-
Reserva legal	-	5	-	(52)	-
Dividendos	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2014	9.800	456	8.669	-	18.925

Recursos	Nota	30/06/2014	30/06/2013
Recursos de intermediação financeira			
Operações de crédito		4.418	2.620
Renditas de aplicações interfinanceiras de liquidez		1	25
Despesa de intermediação financeira		4.419	2.645
Operações de captação no mercado		(531)	(141)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.533)	(190)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.555	2.314
Recursos (despesa) operacionais			
Recursos de prestação de serviços	10	128	207
Despesas de pessoal	11	(396)	(359)
Despesas administrativas	12	(338)	(266)
Despesas tributárias		(191)	(132)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		16	18
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.774	1.782
Imposto de renda e contribuição social	9	-	-
Corretivos		(1.148)	(697)
Diferidos		630	190
Lucro líquido do semestre		1.256	1.085
Lucro líquido por ação - em reais - R\$		0,13	0,11

	30/06/2014	30/06/2013
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		
Lucro líquido	1.033	885
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciação	7	6
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(630)	-
Provisão para litígios	16	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.714)	1.081
Variações de ativos e obrigações		
Aumento/(Redução) das contas de ativo		
Operações de crédito	(7.087)	(2.446)
Outros créditos	(12)	(5)
(Aumento)/Redução das contas de passivo		
Obrigações com Pessoal	163	146
Obrigações fiscais e previdenciárias	181	(101)
Outras contas a pagar	(35)	(15)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(6.790)	(2.421)
Atividades de investimento		
Aquisições de intangível	(5)	-
Aquisições de imobilizado	(9)	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(14)	(2)
Recursos de aceites cambiais	3.652	616
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	3.652	616
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.438)	(726)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	2.569	892
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.131	166
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.438)	(726)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 30 de junho de 2014 e 30 de junho 2013 (Valores expressos em reais mil)

1. Contexto operacional
A Gazinred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Gazinred" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada à Rodovia PR 082 - KM 01 em Douradina - Paraná, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades em 25 de março de 2010, através da autorização para funcionamento no âmbito do Banco Central do Brasil - BACEN, publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de março de 2010.

A Sociedade tem por objeto a realização de operações de financiamentos para a aquisição de bens e serviços, financiamento de capital de giro, captação de recursos e outras operações permitidas às entidades similares.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. A Administração da Sociedade autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 28 de agosto de 2014.

3. Resumo das principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são:

a) **Apuração do resultado**
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pro meso dos índices pactuados.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez**
As operações pós-fixadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2010, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "Títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. São classificados no ativo circulante independente do prazo de vencimento.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não consideradas como "hedge accounting" são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a Sociedade não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

3. **Resumo das principais práticas contábeis - Continuação**
e) **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observado os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo A (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estejam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

f) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

3. **Resumo das principais práticas contábeis - Continuação**
g) **Imposto de renda e contribuição social**
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.

h) **Resumo das principais práticas contábeis - Continuação**
i) **Imposto de renda e contribuição social - Continuação**
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

j) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde está sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (em impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. **Caixa e equivalentes de caixa**
Em 30 de junho de 2014 e 2013, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	30/06/14	30/06/13
Disponibilidades	180	166
Aplicações interfinanceiras de liquidez	951	16
Total	1.131	166

As aplicações financeiras são com reversível em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento diário de 101% do CDI efetuadas junto ao banco HSBC, com resgate em até 90 dias.

5. **Operações de crédito**
a) **Composição das operações de crédito**

	30/06/14	30/06/13
Operações de crédito		
Desconto	5.816	10.038
Consignado	4.401	3.828
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	17.914	5.649
Empréstimo Pessoal	32	53
Empréstimo Pessoal Previdência Social	1.978	900
Capital de Giro	1.964	1.937
Total das operações de crédito	32.305	22.405
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.515)	(368)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.515)	(368)
Curto Prazo	24.404	16.769
Longo Prazo	6.386	5.268

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica		30/06/14	30/06/13
Indústria		5.220	5.027
Comércio		12.246	4.696
Pessoas físicas		24.190	10.129
Serviços		649	554
Total		32.305	22.405

c) Composição da carteira de operações de crédito por vencimento		30/06/14	30/06/13
Vencidos		1.558	231
A vencer		30.747	22.174
Até 3 meses		479	11.914
3 a 12 meses		10.675	4.866
1 a 3 anos		6.064	4.626
3 a 5 anos		558	767
Acima de 5 anos		-	-
Total		32.305	22.405

5. Operações de crédito - Continuação		d) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional	
Níveis	% de provisão	Curso normal	Vencidas
A	0,50	26.728	26.728
B	1,00	2.095	2.095
C	3,00	868	868
D	10,00	479	479
E	30,00	286	286
F	50,00	1.142	1.142
G	70,00	249	249
H	100,00	453	453
Total		26.728	5.575

6. Tributos e contribuições a recolher		30/06/14	30/06/13
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro		190	25
Imposto de renda a pagar a capital		33	30
Impostos e contribuições sobre salários		17	14
Imposto sobre operações financeiras - IOF		16	13
Outros		44	28
Total		300	110

7. Contingências ativas, passivas e obrigações legais		a) Ativos contingentes	
Em 30 de junho de 2014 e 2013, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.			
b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais			
b.1) Provisões trabalhistas			
Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais de valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa contábil é provisionado integralmente e acrescido de encargos, conforme aplicável.			
b.2) Provisões civis			
Não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes trabalhistas.			
b.3) Provisões contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - continuação			
b.3.1) Provisões civis			
São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de Consignado. São efetuadas análises individuais de valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.			
b.3.2) Provisões trabalhistas			
A Sociedade possui 3 processos classificados pela Administração como passivos contingentes no montante de R\$16 (zeito em 30/06/2013).			
c) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis			
Em 30 de junho de 2014 e 2013 não existem processos classificados pela Administração como passivos contingentes com perdas prováveis.			
d) Obrigações legais			
Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Sociedade.			

9. Imposto de renda e contribuição social		a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social	
Descrição	30/06/2014	30/06/2013	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.551	1.551	1.582
Alíquota	25%	15%	25%
Tributo	(388)	(233)	(395)
Efeito sobre diferenças permanentes:			
Dezafios, breques e bonificações	(3)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	-	(42)	(33)
Dedutibilidade JCP	56	34	-
Outras diferenças permanentes	16	3	3
Imposto de renda e contribuição social	(319)	(199)	(431)
Total	1.151	1.551	1.582

8. Imposto de renda e contribuição social - Continuação		b) Créditos tributários	
Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 21 de março de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, o mermemo, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que supere os valores registrados. Em 30 de junho de 2014, a administração revisou a expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos e registrou os montantes.			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		624	624
Provisão para litígios		6	6
Total		630	630

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	Diferenças temporárias	
	Imposto de renda	Contribuição social
2014	94	56
2015	300	200
Total	394	236

8. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

b) **Créditos tributários—Continuação**
A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam temporariamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 630 utilizada a taxa média de captação do período.

9. Recursos de aceites cambiais

	30/06/14	30/06/13
De terceiros	7.740	4.068
De partes relacionadas (nota 14)	4.056	-
Total	11.796	4.068

Os recursos cambiais referem-se a títulos de letra de câmbio (LC Gazin Credit), cuja remuneração é de 100% a 110% do CDI com vencimento até agosto de 2014. Os investimentos são resgatáveis pelos credores a qualquer momento.

10. Receita de prestação de serviços

	30/06/2014	30/06/2013
Tarifas sobre operações de crédito	119	191
Rendidas de comissão e seguros	9	16
Total	128	207

11. Despesas pessoais

	30/06/2014	30/06/2013
Salários e ordenados	219	197
INSS e FGTS	66	59
Férias e 13º salário	26	31
Assistência médica	8	9
Alimentação	52	44
Outras	25	19
Total	396	359

12. Despesas administrativas

	30/06/2014	30/06/2013
Despesas de processamento de dados	144	117
Despesas com alugueis	3	3
Despesas de comunicação	35	19
Despesas de publicações	13	5
Despesas do serviço financeiro	69	52
Despesas com serviços técnicos especializados	31	31
Despesas de propaganda e publicidade	7	4
Despesas de viagens no País	1	0
Despesas com depreciação e amortização	8	7
Despesas com taxas de registro	19	28
Outras despesas administrativas	8	-
Total	338	266

13. Transações com partes relacionadas

a) **Transações com partes relacionadas**

	Passivo		Resultado	
	Saldo a pagar	Despesas	30/06/14	30/06/13
Adm. De Bens Gazin Ltda.	4.056	-	203	-
	4.056	-	203	-

b) **Remuneração da Administração**

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 89 mil (2013) - R\$ 174 mil. A Sociedade concede benefícios de curto prazo nos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho.

14. Patrimônio líquido

a) **Capital social**
O capital social é representado por 9.800.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00 cada. E constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2013, não houve constituição de reserva legal.
c) **Dividendos e juros sobre capital próprio**
O estatuto social determina que a distribuição de um dividendo será determinada pelos acionistas da Sociedade no encerramento do exercício. No primeiro semestre de 2014 foi constituído R\$223 a pagar a título de juros sobre capital próprio (R\$200 em 30 de junho de 2013).

15. Limites operacionais

A Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

Limites operacionais	Exigência (limite)	Situação	Margem
PL exigido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos - passivos e contas de compensação			
- Res. nº 2.099/94 (*)	7.000	18.925	11.925
Índice de imobilização			
- Resolução nº 2.283/96 (*)	3.500	9.463	5.963
PL realizado mínimo			
- Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	18.925	11.925
Capital realizado mínimo			
- Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	9.800	2.800

16. Processos de gestão, controles internos, gerenciamento de riscos e ouvidoria

a) **Processo de gestão**
Os controles são realizados conforme manual de controle interno.

b) **Controles internos**

A Sociedade vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, tomando acesíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis e que eles são compatíveis com o tamanho e complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização. A Sociedade conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevante e obrigatórios. Além disso, a área realiza diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro.

c) **Gerenciamento de riscos**

No gerenciamento dos riscos de mercado, de liquidez, operacional, de crédito e na gestão de capital, estamos acompanhando e monitorando com a frequência necessária à segurança das operações e informações de crédito. Apesar de aperfeiçoamento e investimentos complementares, acreditamos que são factíveis ao porte da Sociedade e que são compatíveis com o tamanho e complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

A estrutura de Gerenciamento de Riscos da Gazincred é composta pelo Gestor de Riscos, pelo Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos, pelo Comitê de Riscos e pelo Diretor responsável por gestão de riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos.

16. Processos de gestão, controles internos, gerenciamento de riscos e ouvidoria—Continuação

c) **Gerenciamento de riscos—Continuação**

a) **Índice de Bastiêta**
Em 30 de junho de 2013 o índice de Bastiêta foi de 66,07% (67,96 % em junho de 2012), portanto, com folga suficiente para suportar o crescimento institucional. Não há previsão de impactos, exceto resultados, sobre a Sociedade, em razão da edição do arcabouço legal trazido pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil e que implantou as diretrizes de Bastiêta III, no País.

c.2) **Gerenciamento de risco de liquidez - Resolução nº 2.804/00**

A Gazincred possui análises econômico-financeiras com vistas a avaliar o impacto dos diferentes cenários sobre a liquidez da Sociedade. As análises efetuadas, seus critérios, parâmetros e resultados obtidos são documentados. A análise do caixa projetado contempla não somente o curto prazo, mas estende-se para um horizonte de 5 (cinco) anos. Atualmente se encontra em implantação um sistema automatizado que possibilitará aprofundamento de análise do citado risco, acelerando, especialmente, o processo de obtenção do fluxo de informações.

c.3) **Gerenciamento de risco de crédito - Resolução nº 3.721/09**

Para possibilitar o gerenciamento do risco de crédito, além de políticas de crédito (por produto) e normativas internas que dão direcionamento quanto à gestão do crédito, a Gazincred possui um módulo sistêmico que permite avaliar mensalmente os ratings dos clientes, individualmente e do conjunto que compõe a carteira de crédito, possibilitando a emissão de relatórios sobre a concentração setorial e a validação das principais informações dos sistemas onde se originam os registros das operações da espécie, entre outros. De forma complementar, foi implantado um painel de gestão para o citado risco e que abrange os principais indicadores da carteira de crédito, incluindo, a avaliação das condições extremas.

16. Processos de gestão, controles internos, gerenciamento de riscos e ouvidoria—Continuação

c) **Gerenciamento de riscos—Continuação**

c.4) **Gestão do risco operacional - Resolução nº 3.380/06**

A Gazincred adota como critério um conjunto de processos e de rotinas adequados às modalidades operacionais e buscou aprimorar os mecanismos de gestão de risco operacional, investindo em ferramenta de gestão e controle, treinamentos e integração das unidades. Os processos organizacionais relevantes, seus riscos e controles foram mapeados. Iniciamos a inserção dos registros processos, riscos e controles em ferramenta informatizada de gestão, o que possibilitará a formação de uma base de perdas da Sociedade. Para alocação de capital, a Sociedade adota como critério o modelo básico, método Basic Indicator Approach, BIA.

c.5) **Gestão de risco de mercado - Resolução nº 3.464/07**

A Gazincred procura identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos de mercado que possam gerar perdas para a Sociedade. Esses riscos são decorrentes das flutuações de preços e

de taxas de mercado. A Sociedade atua de forma conservadora e não possui outras exposições, além de eventuais descausamentos entre ativos a taxa de juros pré-fixadas e passivos remunerados à taxa de juros flutuantes. Possuímos sistema automatizado, em fase final de homologação e que possibilitará o aprofundamento, ainda maior, de análise do citado risco, acelerando, especialmente, a apuração da exposição, acada existente, de cenários macro-econômicos, visando adoção de medidas preventivas de proteção aos seus resultados. As posições da Sociedade resumem-se a ativos e passivos decorrentes da atividade comercial da Sociedade e não existem posições especulativas.

c.6) **Gerenciamento de capital - Resolução nº 3.988/11**

Define-se como monitoramento e controle do capital mantido pela Sociedade, incluindo a necessidade de capitalização para fazer frente a riscos institucionais, considerando as metas e objetivos estratégicos. A Gazincred projeta seus ativos, passivos e resultados e, por consequência, seus limites operacionais para cinco anos, não detectando necessidade de capitalização adicional compulsória.

16. Processos de gestão, controles internos, gerenciamento de riscos e ouvidoria—Continuação

d) **Ouvidoria**

Atenta ao direito do consumidor, a Gazincred mantém a Ouvidoria como canal de comunicação para registrar as manifestações dos clientes, buscando soluções tempestivas, mediando os conflitos de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos e de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de visita física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e site eletrônico).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da

Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Examinamos as demonstrações financeiras da Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, concluída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gazincred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2013 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificações, datados em 25 de julho de 2013 e 23 de janeiro de 2014, respectivamente.

Curitiba, 29 de setembro de 2014

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-25PO15199 (0-0)-F-PR

Dario Ramos da Cunha

Conselhor CRC15721444-0-1